

# APRESENTAÇÃO DE CONTAS

## - EXERCÍCIO DE 2020 -

Ex.mos Sr.s Associados:

A Direção do Centro Social e Popular de S. Cristovão – Associação vem por este meio submeter à apreciação de V.as Ex.as a proposta de Apresentação de Contas relativas ao exercício de 2020

Os resultados obtidos são consequência da estratégia iniciada em 2015, assente quer na otimização de custos e aumento de receitas para reequilíbrio financeiro da instituição, quer na melhoria e melhor adequação dos serviços prestados com vista à captação de mais associados.

Não obstante, o cenário de início improvável, provocado pelo contexto pandémico, alterou significativamente o plano anual da instituição. Encerrada durante algumas semanas, medida obrigatória em função do confinamento decretado pelo Presidente da República Portuguesa, a instituição deixou de exercer o seu objetivo, o de servir a população envolvente. Além de uma diminuição significativa das receitas, quer em termos de mensalidades das frequências de crianças, quer em termos de vendas de refeições escolares.

A diminuição de receitas, face à previsão inicial, não foi compensada pela diminuição das despesas. Não desconsiderando a ajuda financeira prestada pelo Governo Português materializada no apoio concedido para a liquidação de ordenados, à diminuição de receitas não houve a correspondente diminuição de custos. O que para uma estrutura económica como a desta instituição, controlada mas débil, pode significar a diferença entre lucro e prejuízo do exercício.

Por sua vez, o trabalho de otimização de custos continua a produzir resultados animadores. Mas uma gestão responsável obriga, além da racionalização, a um reconhecimento dos custos reais, em cumprimento da lei em vigor. É o caso da atualização dos ordenados dos colaboradores, legalmente e conscientemente necessário. Foram atualizados todos os ordenados, em termos de categoria profissional, diuturnidades, progressão de carreira. Aliado ao aumento da remuneração mínima obrigatória, provocou um aumento significativo de custos com RH.

Neste capítulo, não obstante o reconhecimento de que a remuneração mínima obrigatória ainda está abaixo do limiar do garante de qualidade de vida, é devida a crítica de que o aumento do custo com RH não é compensado nem com o aumento das subvenções devidas pela administração central, nem pelo aumento de produtividade dada a legislação laboral muito restritiva e pouco sensível a este indicador.

Durante o exercício de 2020, deve também ficar registado o processo iniciado pela ACT (Autoridade das Condições do Trabalho) em 2019, após denúncia de alguns colaboradores da instituição, de que que lhe seriam devidos valores correspondentes à sua remuneração mensal. Tal processo transitou já para o Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre, estando atualmente em audiência prévia e análise da possibilidade de acordo entre a instituição e o Ministério Público, evitando assim o seguimento pelas vias legais com desfecho imprevisto. Tal processo, além de dificultar a gestão normal e acesso a apoios por parte da instituição, gerou em 2020 custos processuais (multa) e legais (advogado), pesando negativamente em termos de resultados obtidos.

A direção da instituição sempre reconheceu a dívida para com os seus colaboradores, provocada pela gestão deficiente da anterior direção e agravada desde 2015, pois as medidas implementadas para inversão da situação tardaram a surtir efeito, como seria expectável. Os cerca de €275.000 devidos (incluindo remunerações e encargos) serão um passivo de muito difícil liquidação. O compromisso desta direção sempre foi o reequilíbrio da instituição (em termos financeiros e estratégicos), nunca a liquidação da dívida contraída ao longo dos últimos anos, por reconhecer que é claramente utópico este objetivo. Excepto, claro, se existirem apoios extraordinários e exclusivos para a liquidação desta dívida (ex. Fundo de Socorro Social)

Compete num futuro próximo aos credores – os funcionários – dar o aval para a sobrevivência da instituição. Apenas estes poderão garantir o seu futuro. Apenas estes poderão determinar o seu fim.

Em termos económicos, o exercício de 2020 ainda não tem o justo reflexo dos feitos fulcrais alcançados: a revisão dos protocolos de cooperação e a lotação máxima da frequência. O aumento de receitas limitou-se a atenuar a quebra de receitas fruto do plano de confinamento. Mas abre um novo horizonte, com mais esperança, para os anos vindouros!

Além da já referida estabilidade financeira, tem sido também um dos objetivos da direção a captação de associados. Quanto maior o grupo de associados, maior a dimensão da instituição e maior a sua importância para a comunidade. Neste capítulo, não tem sido fácil criar atrativos para que se registre um aumento do número de associados, aceitando-se de bom grado qualquer sugestão para a melhoria deste indicador.

Por fim, a Direção do Centro Social e Popular de S. Cristovão – Associação agradece a todos os que a têm acompanhado neste desafio, destacando entre eles os colaboradores, que têm contribuído para que a caminhada se torne mais fácil!

O atual exercício apresenta um resultado líquido negativo de **€16.190'79** (dezasseis mil, cento e noventa euros e setenta e nove cêntimos). Um resultado negativo mas expectável, dada a situação única vivida no ano de 2020. Esta forte vulnerabilidade a fatures não controláveis reforça a necessidade de, como já temos vindo a reivindicar, desenvolver projetos que garantam uma menor exposição a acontecimentos alheios. É o caso das obras na instituição, a candidatura ao Fundo de Socorro Social, a reestruturação do ATL e a união com outras instituições.

Portalegre, 07 de Junho de 2020

---

(Luis Filipe Ferreira Correia Lopes dos Santos)

---

(Nuno Miguel Martins Santana)

---

(Cátia Sofia Tavares Duarte André)

---

(Ricardo Jorge Tomás Ribeiro)

---

(Rui Barradas Lopes)